



GOVERNO DE RORAIMA  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



**RELATÓRIO AMBIENTAL Nº 59 /2019**

**INFRATOR:** Anibal Bruno da Silva Araujo RG 201.257.392-45

**ENDEREÇO:** Rua B – conjunto habitacional II –Normandia-RR

**DATA DE OCORRÊNCIA:** 11 /04/2019

**OBJETIVO:** relatar os fatos que geraram o auto de multa simples e soltura nº0001925

**INTRODUÇÃO**

Com o objetivo em atender a formulário de denuncia nº 048/2019 DFA/DMCA/FEMARH que trata de crimes ambientais ocorrendo no município de Normandia, relacionado a captura de quelônios e outros. Foram designados para atender a denuncia Os fiscais: **Pedro Milton Mota Filho e Vanis de Brito Amorin** com apoio dos Policiais Companhia de Policiamento Ambiental-CIPA\_RR e de Policiais Civis da DPMA.

**DOS FATOS**

No dia 11/04/2019 a equipe de fiscalização formada pelos agentes acima qualificados, se deslocaram até ao município de Normandia para verificar uma denuncia de captura de Quelônios da Amazônia que estariam depositadas em residências e vendidas na região.

Ao chegar ao local da denuncia nas coordenadas N 03°52'48,4'' W 059°38'07,2'' onde mora o senhor Anibal Bruno da Silva Araujo, foram encontrados dentro de uma caixa d'água de sua casa 03 tartaruga da amazonia, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

**DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

Diante dos fatos apresentados. O senhor Anibal Bruno da Silva Araujo foi autuado e os animais foram apreendidos e soltos no rio tacutu.

**DA LEGISLAÇÃO APLICADA AO CASO**

Constituição Federal de 1988

Artigo 24, Inciso VI:

Determina que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente, controle de Poluição e responsabilidade por danos ao meio ambiente  
**Artigo 225:**

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



**GOVERNO DE RORAIMA**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E**  
**RECURSOS HÍDRICOS**  
**"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"**



**Lei Federal nº 9.605 de 12 fevereiro de 1998.**

**Artigo 70** – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

**Decreto nº 6.514, de 21 de setembro de 2008.**

**Art. 3º** As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

**Art. 24.** Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

**CONCLUSÃO**

O senhor Anibal Bruno da Silva Araujo foi orientado do seu direito de defesa administrativa junto ao órgão ambiental.

  
Pedro Milton Mota Filho  
Analista ambiental/Fiscal  
Mat: 042052069

Boa Vista, 17 de Abril 2019



GOVERNO DE RORAIMA  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

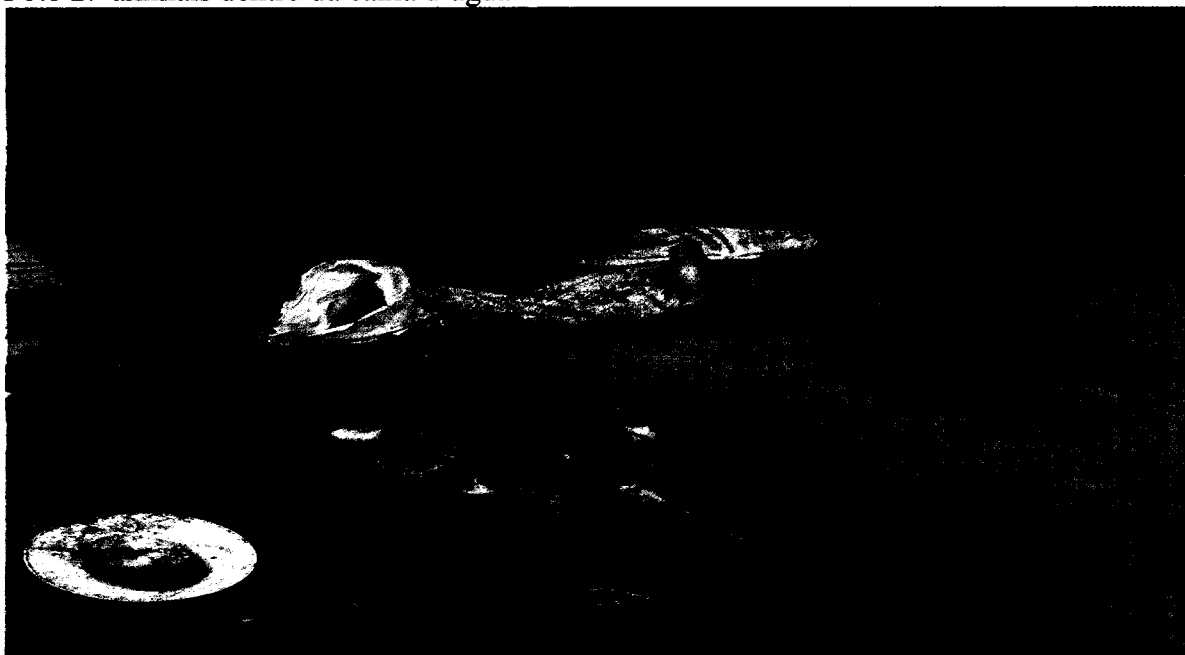


Anexo:

Foto 1: local onde estava os quelônios



Foto 2: animais dentro da caixa d'água



CONFORME ARTIGO 70 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 FOI CONSTATADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. O ARTIGO 3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008, FORAM IMPOSTAS AS SEGUINTE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- ☐ ADVERTÊNCIA
 ☒ MULTA SIMPLES
 ☐ MULTA DIÁRIA
 ☒ APREENSÃO  
☐ DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES  
☐ EMBARGO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES

01-CPF/CNPJ 203.257.392-49				02-C. IDENT./TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL / PASSAPORTE 55511			
03-NOME DO AUTUADO VIVALDO BRUNO DA SILVA ADRAUJO						04-NATURALIDADE: BOA VISTA - TR	
05-FILIAÇÃO VIVALDO BARBOSA DE ADRAUJO E VIVILDA DA SILVA ADRAUJO							
06-ENDEREÇO RUA B						07-TELEFONE 98321-8025	
08-BAIRRO OU DISTRITO CONJUNTO HAB. II				09-MUNICÍPIO/CIDADE MOMMANIA		10-UF TR	
11-CEP							
12-DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO TER EM DEPOSITO OU CATIVEIRO 03 (TRES) TANTADUGA DA AMAZONIA (PODOCNEIUS SPANSA), SEM A DEVIDA PERMISSAO, LICENCA OU AUTORIZACAO DA AUTORIDADE COMPETENTE.							
INFRAÇÃO DE ACORDO COM O:							
13-ART.	INCISO/ALINEA/§	C/ARTIGO	INCISO/ALINEA/§	14-ARTIGO	INCISO/ALINEA/§	C/ART.	INCISO/ALINEA/§
70	§ 1º	29	§ 1º III	3º	II, IV	24	II, § 3º III
15-ART.	INCISO/ALINEA/§	C/ART.	INCISO/ALINEA/§				
107	I						
16-LEI: 9.605/98				17-DECRETO: 6.514/08			
18-VALOR DA MULTA R\$ 15.000,00							
19-DESCRIÇÃO DAS DEMAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS: FICA APREENDIDO 03 (TRES) TANTADUGA DA AMAZONIA (PODOCNEIUS SPANSA). ATENDENDO O ART. 66 107, I DO DEC 6.514/08. OS ANIMAIS FORAM DEVOLVIDOS NO SEU HABITAT NATURAL.							
20-COORDENADAS DO LOCAL DA INFRAÇÃO N 03° 52' 48.4" W 059° 38' 07.2"				21-MUNICÍPIO/CIDADE MOMMANIA		22-UF TR	
23-HORA DA AUTUAÇÃO 13:42		24-DATA DA AUTUAÇÃO 15/04/19		25-DATA DE VENCIMENTO DA MULTA 05/05/19		26-VALOR DECLARADO DOS BENS APREENDIDOS: R\$	
27-ASSINATURA DO AUTUADO							
ARTIGO 103. O AUTUADO PODERÁ, NO PRAZO DE VINTE DIAS, DA DATA DA CIÊNCIA DA AUTUAÇÃO, OFERECER DEFESA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO							
28-ASSINATURAS E CARIMBOS DOS AUTUADES							